

(texto de apresentação pública do programa de seminários “O Mais e o Menos: a construção do espaço público de cultura nas autarquias locais, no Centro de Formação Autárquica –CEFA- em Coimbra, em Janeiro de 2008)

MAIS OU MENOS

A construção do espaço público de Cultura nas autarquias locais

A concretização de um sistema autárquico fundado numa circunscrição eleitoral em contraponto à circunscrição de nomeação administrativa do Estado Novo correspondeu a uma mudança de paradigma promovida pelo 25 de Abril de 1974 com reflexos em todos os aspectos da vida das comunidades. As autarquias locais (municípios e freguesias) promoveram, de acordo com o sentimento político dos autarcas e das suas populações, dinâmicas de desenvolvimento faseadas: a operacionalização do processo democrático de gestão autárquica, a resolução de problemas de saneamento básico, redes viárias, comunicações; os investimentos em educação e desporto e, já nos finais dos anos oitenta e de forma mais clara no fim dos anos noventa, a afirmação de políticas culturais e a maior relevância política das políticas culturais. Por vezes, fundos europeus levaram a excessos de construção de espaços culturais, sem condições concomitantes para a sua gestão; a vontade de competição com o município vizinho, a criação de infra-estruturas redundantes; instalaram-se certas “modas”, como a criação de museus municipais, centros culturais, salas de espectáculos, em alguns locais com muita validade comunitária e outros com algum novo-riquismo, visível em certa arquitectura ou arte pública, por exemplo.

Se se quiser fazer um saldo, do exercício autárquico em democracia, será largamente positivo. E ao longo do tempo, as autarquias locais foram aumentando o financiamento à Cultura. Apesar de não haver dados rigorosos, não será excêntrico dizer que, actualmente, o valor combinado dos orçamentos municipais em Cultura é já superior à despesa na mesma área do Ministério da Cultura.

No crescimento do “lugar político” para a Cultura, torna-se adequada a sofisticação das equipas decisoras e de gestão nos municípios para este domínio.

Não se trata de um problema dos grandes municípios. Trata-se de uma questão de aprofundamento do modo de planear, intervir e avaliar e tal não releva da dimensão, mas da exigência. Uma resposta mais qualificada aos desafios colocados a nível municipal na área da Cultura economiza recursos, potencia meios, desenvolve as competências das populações, promove a afluência de visitantes, aumenta a exposição pública do espaço do município como espaço físico mas também simbólico, contribuindo de forma sustentada para a afirmação de sentidos de pertença, numa sociedade contemporânea correspondendo a um sistema de pertenças múltiplas, mas que procuram âncoras, pontos de referência. E percebe-se da importância transversal das políticas culturais: influindo na comunicação, no tipo de visitantes, na fixação de populações, na criação de novas exigências e padrões, na criação de serviços e indústria, de perspectivas de gestão do edificado e da paisagem, das dinâmicas educacionais e dos tempos livres.

É por isso que a construção do espaço público de Cultura nas autarquias locais pode ser um “mais” – corresponder a um elemento de incremento de qualidade e de quantidade, ou um “menos” – revelar,

negativamente, decisões que em vez de contribuir para a qualificação e crescimento, promovem a estagnação ou a involução.

Procurará este programa de seminários contribuir para um sinal “mais” nas políticas culturais dos municípios portugueses.